

# **EDITAL**

-----MARIA DO CÉU QUINTAS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA:

----- TORNA PÚBLICO, nos termos do disposto no artigo 91 conjugado no n.º4 do artigo 92 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro que na reunião ordinária desta Câmara realizada no dia sete de abril de dois mil e quinze, cuja ata se encontra devidamente aprovada, foram tomadas as seguintes deliberações. -

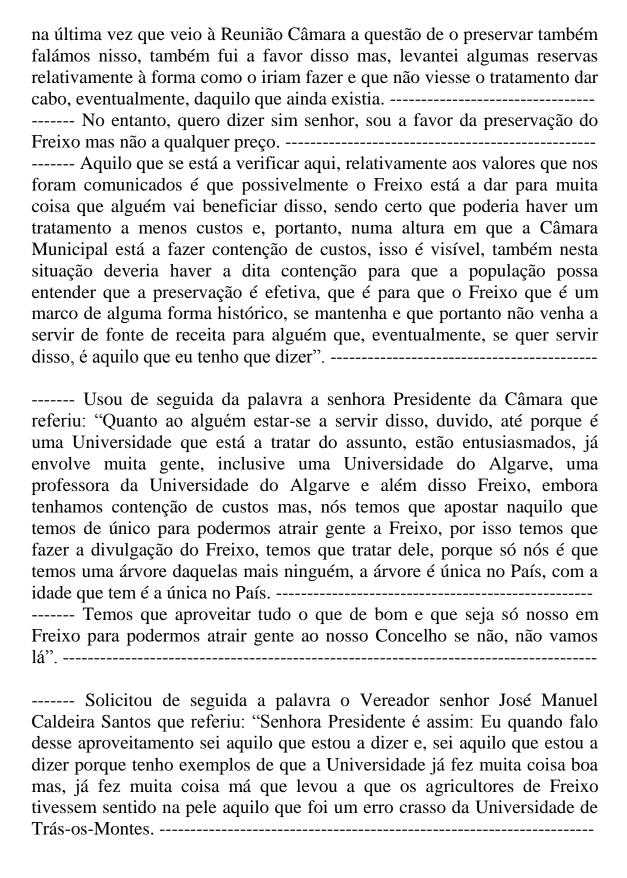
#### **ORDEM DO DIA**

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL DECISÕES

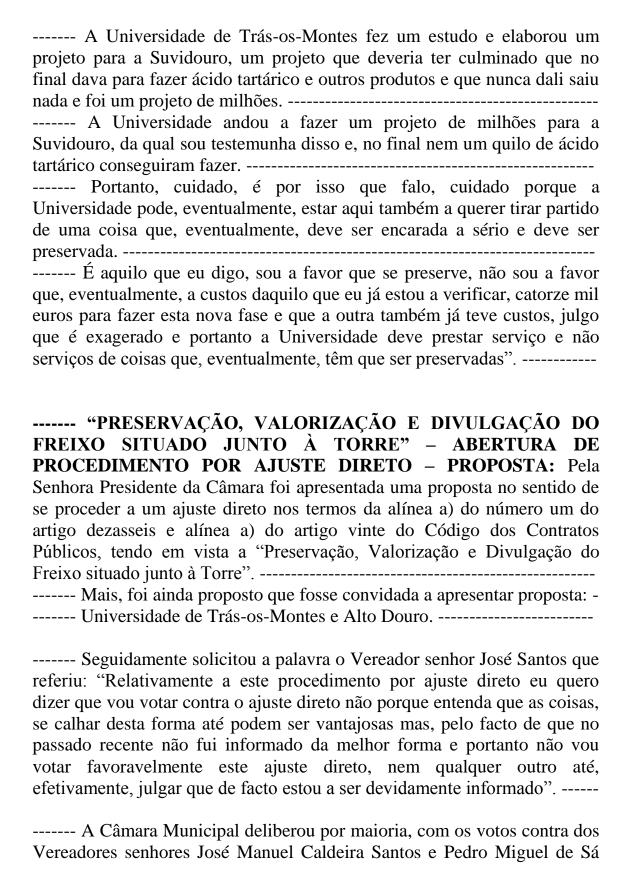


Despacho datado do dia vinte e seis de março do presente ano que concedeu o alargamento de horário ao Café Zona Verde do dia vinte e sete de março para o dia vinte e oito de março em mais duas horas.
Despacho datado do dia dois de abril do presente ano que concedeu o alargamento de horário ao Café Zona Verde do dia três de abril sexta-feira para o dia quatro de abril sábado e do dia quatro de abril sábado para o dia cinco de abril domingo em mais duas horas
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os despachos em apreço
02 – OBRAS PÚBLICAS EMPREITADAS
"PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO FREIXO SITUADO JUNTO À TORRE" – APROVAÇÃO DO PARECER PRÉVIO – PROPOSTA: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora aprovar o parecer prévio da empreitada em título referenciada
"PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO FREIXO SITUADO JUNTO À TORRE" – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO – PROPOSTA: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora aprovar as peças do procedimento da empreitada em título referenciada
Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: "Relativamente à questão da preservação do Freixo, que julgo ser centenário, sou do parecer que deve ser preservado, já







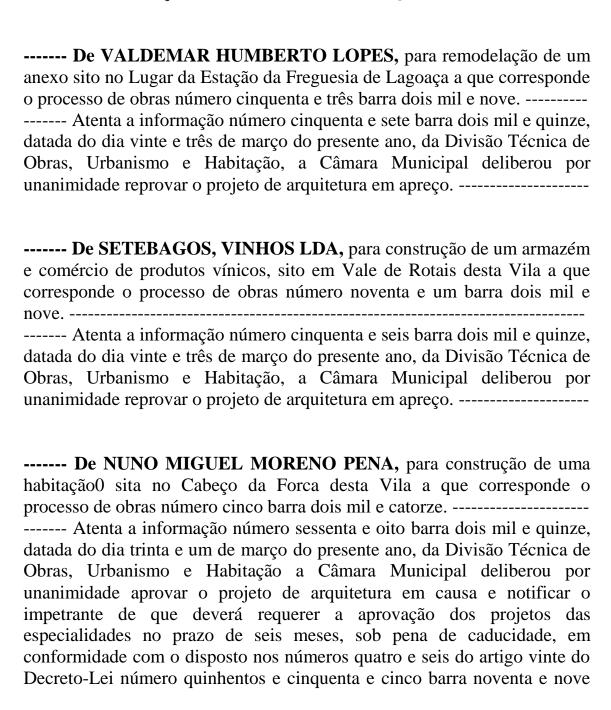




Mora, aprovar as propostas em apreço, bem como o respetivo caderno de encargos e o convite à apresentação de proposta. -----

#### 03 – OBRAS PARTICULARES

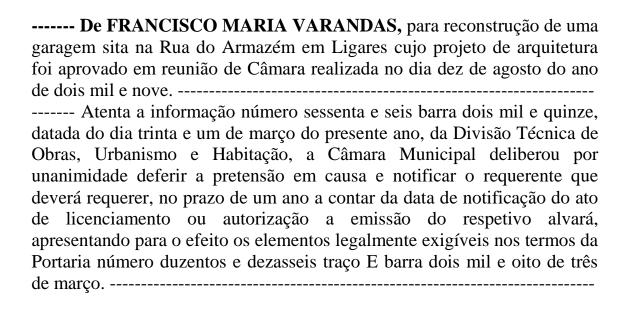
### PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA





de dezasseis de Dezembro, alterado e republicado pela Lei número sessenta barra dois mil e sete de quatro de Setembro. ------

### PARA DELIBERAÇÃO FINAL



### 06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS

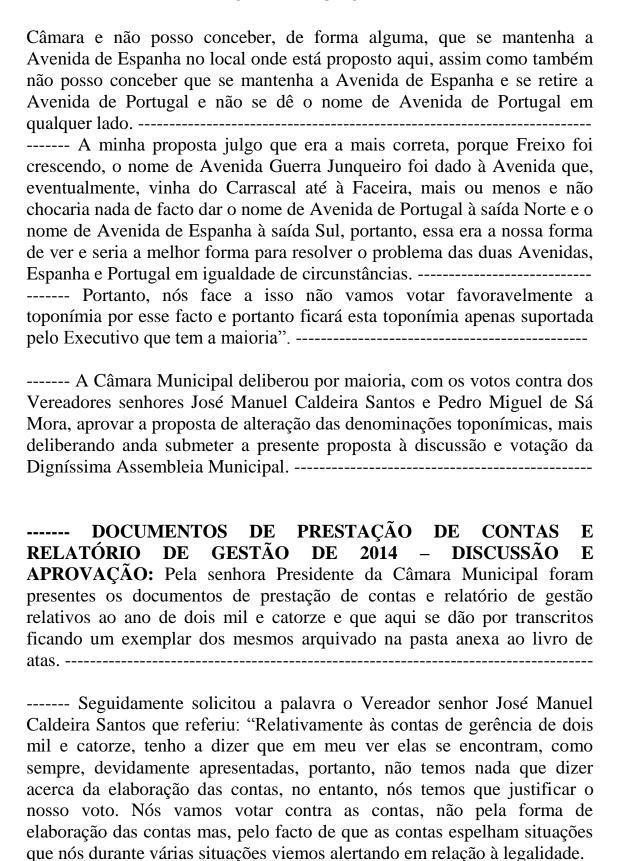
De CRISTIANO MENESES SENDIM, solicità constituição de
propriedade horizontal do edifício sito na Rua da Boavista desta Vila
Atenta a informação número setenta e cinco barra dois mil e quinze
datada do dia dois de abril do presente ano, da Divisão Técnica de Obras
Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade
deferir a pretensão em apreço
De FRANCISCO ERNESTO BATISTA, solicita pedido de
informação prévia para construção de um edifício misto para habitação e
comércio, sito na Avenida Guerra Junqueiro desta Vila
At
Atenta a informação número sessenta e nove barra dois mil e quinze

datada do dia vinte e sete de março do presente ano, da Divisão Técnica de

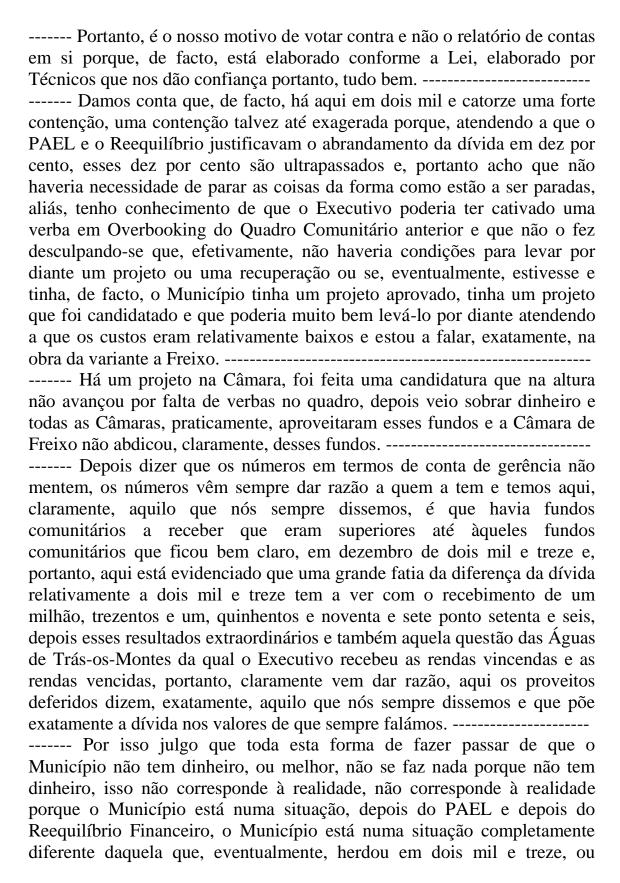


Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer desfavorável
De VICTOR MANUEL DA COSTA SANTOS, solicita licença especial do ruído para realização de espetáculo de circo
De VICTOR MANUEL DA COSTA SANTOS, solicita licenciamento de recintos itinerantes para realização de espetáculo de circo A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em apreço
De VICTOR MANUEL DA COSTA SANTOS, solicita isenção de taxas de licenciamento para a realização do espetáculo de circo
08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS
ATRIBUIÇÃO DAS DENOMINAÇÕES TOPONÍMICAS – ALTERAÇÃO - PROPOSTA: Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta de alteração das denominações toponímicas e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas
Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: "Relativamente à toponímia ficou bem claro na minha proposta realizada no dia em que a toponímia veio a reunião de





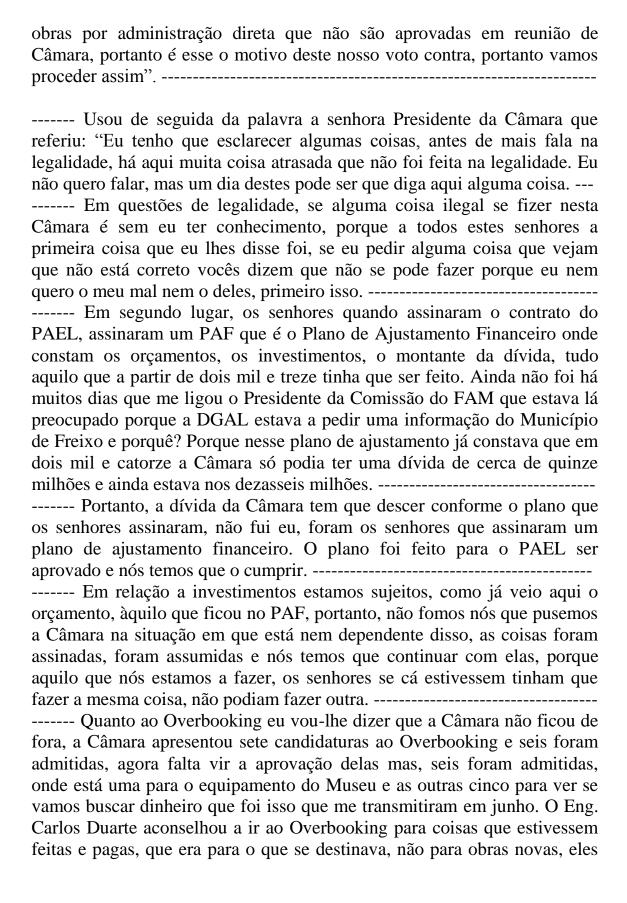






está em relação ao Executivo anterior numa situação melhor. completamente diferente e que poderia, eventualmente, dar para fazer muito mais do que aquilo que está a fazer e isso traduz-se exatamente na questão dos empréstimos do Reequilíbrio Financeiro e do PAEL em que o Município neste momento em termos de amortização de capital praticamente ainda nada fez, ou seja, os empréstimos têm carência, o empréstimo da Caixa Geral de Depósitos teve carência de um ano e os empréstimos das Caixas de Crédito Agrícola têm carência de cinco anos, ou seja, o Município em termos de amortização ficou completamente aliviado, aliás, passou a dívida de longo prazo, a vinte anos, fruto desses dois instrumentos e que a amortização é para outros, portanto não se pode queixar, de facto, dessa situação. ---------- Depois também está a receber claramente, queixa-se das taxas mas as taxas é um benefício e não um problema para o Município, as taxas poderão, eventualmente, vir a ser um problema para os Munícipes que durante muitos anos tiveram a taxa mínima e que agora têm a taxa máxima fruto de situações que não têm só a ver com a gerência anterior mas, com as gerências que vieram do passado e que contraíram dívida e que deixaram dívidas no Município. ----------- Portanto, a situação não é pior, não é mais difícil a situação é completamente diferente, é mais vantajosa e damos nota de que o Município neste momento e neste ano e meio de mandato apenas fez uma gestão corrente parando, com toda a certeza, parando a atividade municipal praticamente. ---------- O Município deu-se ao luxo até de não colher receita que tem a ver com água, que tem a ver com entradas desportivas, por exemplo e que aqui estão bem evidenciadas e por isso não se pode queixar porque se mais receita não tem é porque mais receita não quer, ou porque mais receita não é capaz de cobrar ou porque entendeu que isso em vez de ser um benefício para a Câmara deve ser um benefício para outros e, portanto, tudo bem. --------- É isso que as contas dizem e, portanto, nós, não será este o motivo do voto contra mas, o voto contra é, exatamente, pelo facto de que não estamos de acordo com algumas situações que aqui estão espelhadas e que foram realizadas e que, a meu ver, não têm cobertura legal e refiro-me, exatamente, a algumas obras, por exemplo, que foram preteridas e outras que têm a ver com administração direta e que nem sequer vêm à Câmara Municipal, nem sequer vêm ao Executivo, e que obriga a que as obras por administração direta também tenham que ser aprovadas no Executivo. O Executivo não pode fazer uma política de quero, posso e mando, fazendo







bateram muito nisso e houve muita gente que candidatou obras novas que vamos ver se as conseguem fazer e nós das seis candidaturas cinco são para ver se conseguimos ir buscar dinheiro para pagar e termos alguma coisa com que nos governarmos, não é nada, não é nada, se tivermos a sorte de serem aprovadas são setecentos mil euros, portanto, Freixo não ficou de fora no Overbooking. Em sete serem seis admitidas acho que foi muito bom, admitidas que era o problema maior era na admissão, agora vamos ver o que é que aí vem. ----------- O projeto da variante se está esquecido eu não o vi nem tenho conhecimento mas também não concordo muito porque a Vila não tem movimento e se vamos fazer uma variante ainda para tirarmos as poucas pessoas que passam por aqui então ficamos mesmo às moscas. ---------- Em relação aos fundos, eles vieram evidentemente estavam para vir mas, nós só podemos contar com eles depois de os recebermos nunca antes porque entretanto pode haver muita coisa pelo meio pode correr mal e podemos não vir a receber se as coisas não estiverem bem feitas. ---------- Em relação à água, havia um problema da água que já vem de há muitos anos, o E-faturação não estava a funcionar, não deveríamos ter parado tanto tempo, certo mas, foi preciso resolver o problema do Efaturação que não estava implementado. Os bancos há muito tempo que andavam a exigir que as coisas fossem feitas de outra maneira, tudo isso levou tempo, se calhar mais do que nós estávamos a pensar. Foi cobrado o mês de abril e em relação aos bancos aquilo ainda não funcionava como deve ser, só passado para aí um mês ou mais é que ficou a funcionar o débito nas contas, agora já está tudo direitinho, vamos começar a cobrar. É evidente que foi receita que não entrou, vai entrar este ano. ---------- Outra coisa, o PAEL e o Reequilíbrio não diminuíram à dívida da Câmara, portanto a Câmara não ficou melhor, só ficou em situação melhor em relação aos fornecedores, porque a dívida continua, passou de curto prazo para médio e longo prazo, ficou cá e o montante da dívida é que conta, porque é esse montante que está na DGAL e que nos exigem tudo e mais alguma coisa. ---------- Em relação às taxas do IMI, pois, é bom para a Câmara mas, é um problema para as pessoas, um problema grande para as pessoas. ---------- E quanto ao quero, posso e mando eu já lhe disse aqui uma vez, que se houve alguém que foi eu quero, posso e mando foram vocês não somos nós". -----

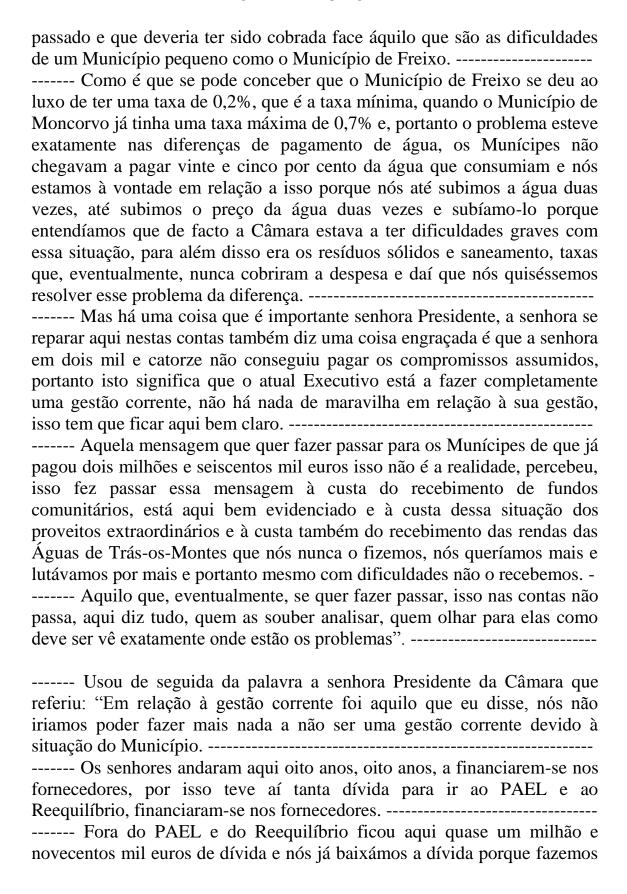


----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: "Relativamente às ilegalidades nós estamos em desacordo relativamente a coisas que, eventualmente, foram abandonadas refiro-me nomeadamente em relação ao projeto da valorização do Centro Histórico e refiro-me exatamente àquilo que são as obras por administração direta que não podem ser uma vontade do Executivo e mais nada, quer dizer, muito bem vocês têm a maioria podem-nas aprovar mas têm uma obrigatoriedade de traze-las à reunião de Câmara, têm que ser aprovadas aqui em reunião de Câmara, independentemente e falo, por exemplo, os senhores fizeram aqui uma obra em frente à Câmara que nunca aqui veio à reunião de Câmara, nunca aqui veio à reunião de Câmara, portanto, isso está a ser feito por administração direta mas, não vou pressionar agora essa situação, porque não estamos em tempo disso, estamos a discutir as contas mas, é uma obrigatoriedade trazer aqui à reunião de Câmara e serem aprovadas em reunião de Câmara, porque a Câmara não são só os três do Executivo, embora sejamos oposição mas, nós fazemos parte do Executivo da Câmara e, portanto, nós temos que ter uma palavra, independentemente de ela ser a favor ou ser contra, claro que sabemos bem que temos minoria, no passado nós já tivemos maioria agora temos minoria mas, temos que ter conhecimento das coisas, não podemos deixar de ser informados e de dar a nossa opinião acerca das coisas e portanto isso é uma obrigatoriedade. ---------- Relativamente à questão do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro não percebeu aquilo que eu disse. Eu percebo que o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro pagou dívida mas a dívida manteve-se, não é aí que está o problema, o problema está na facilidade que esses dois instrumentos trouxeram ao Executivo atual em que, a dívida foi diluída, a dívida que nós tínhamos em factorings em que pagávamos uma amortização grande em dois ou três anos, conforme o acordo de factoring em que tínhamos amortizações que penalizava a atividade da Câmara todos os dias, os senhores passaram a ter uma situação praticamente comoda em termos de pagamento de empréstimos porque em amortização em ano e meio, por exemplo, ainda não amortizaram praticamente nada, isso está aqui espelhado nas contas, as contas dizem a verdade, está aqui um mapa que diz exatamente qual foi o montante de amortização deste ano e meio de empréstimos relativamente ao PAEL e ao Reequilíbrio Financeiro em que os senhores só pagaram juros, amortização pagaram seis mil e tal euros, julgo que é isso e isso fez com que a dívida seja transferida para outros, é aquilo que eu digo. -----

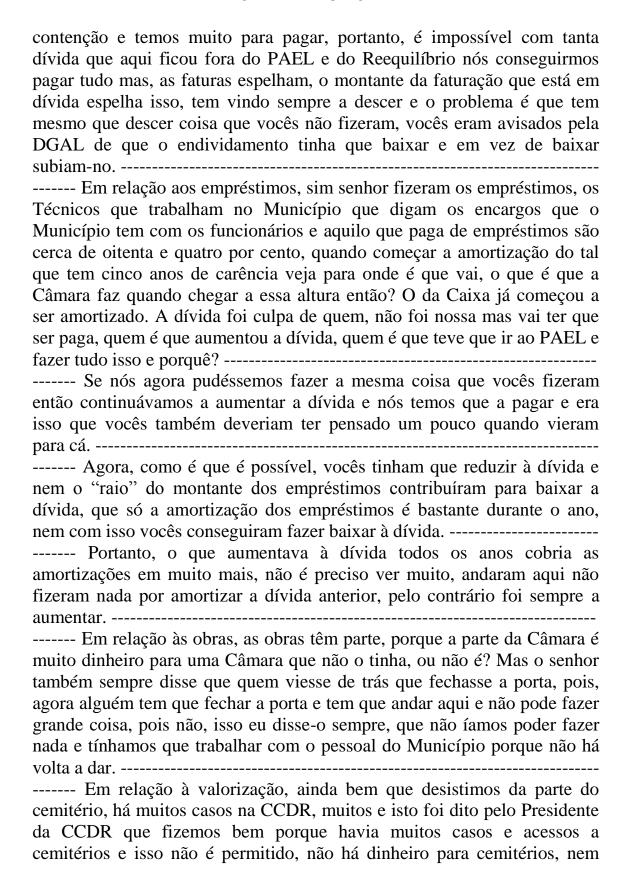


----- Há dívida que só daqui a cinco anos é que começa a ser paga em termos de amortização e isso está aí espelhado, os senhores possivelmente nem sabem se vão pagar alguma dívida dessa, porque os senhores só têm um mandato de quatro anos, vamos ver o resto. ---------- Portanto, os senhores ficaram com uma situação em termos de amortização de dívida completamente diferente daquela que nós tínhamos no passado, mais vantajosa e portanto não se podem queixar, foi isso que eu disse, foi isso que eu quis fazer valer, é que não se podem queixar do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro porque isso não foi um mal, isso foi um bem para o Executivo e foi um bem para a gerência da Câmara porque ela era completamente difícil, foi aquilo que nós herdámos em dois mil e cinco em que herdámos uma dívida que tinha empréstimos a longo prazo mas, de difícil situação em termos de curto prazo e por isso tivemos que ir à procura de bancos e já disse isto várias vezes, à procura de bancos que não eram os bancos com quem a Câmara normalmente trabalhava, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos que já não emprestava um tostão à Câmara, o Banco Espirito Santo que também já não emprestava nada e as Caixas de Crédito que, eventualmente, estavam da mesma forma, portanto tivemos que ir saber do BPI, do BCP, da Caixa de Crédito Agrícola de Mogadouro que não tinha relação nenhuma com a Câmara e foi assim que se resolveu na altura o problema com os factorings que esses bancos nos concederam, embora que com amortização muito elevada, com juros mais baixos que estes que os senhores têm agora mas essa é a realidade, por isso é que eu falo na questão de que o PAEL que veio aliviar e não veio trazer problemas, o PAEL e o Reequilíbrio. ---------- Depois em relação ao IMI e à água, a água praticamente oito meses para se instalar um programa, ou para se resolver um problema de um programa em que os Munícipes todos eles estão ansiosos por saber o que é que vai acontecer porque se tiverem que pagar essa água a curto prazo vai ser difícil para eles, julgo que isso não pode acontecer mas, foi uma receita que a Câmara podia ter recebido e que deixou de receber, para além das entradas desportivas e outras que estão aí bem evidenciadas que se nota bem as diferenças entre dois mil e catorze e dois mil e treze, isso é visível ----- O IMI toda a gente sabe que o problema da Câmara, o problema desta Câmara, pese embora muita gente queira fazer passar a mensagem de que o problema foram as obras, o problema desta Câmara não foram as obras, o problema desta Câmara foi a receita que não foi cobrada no









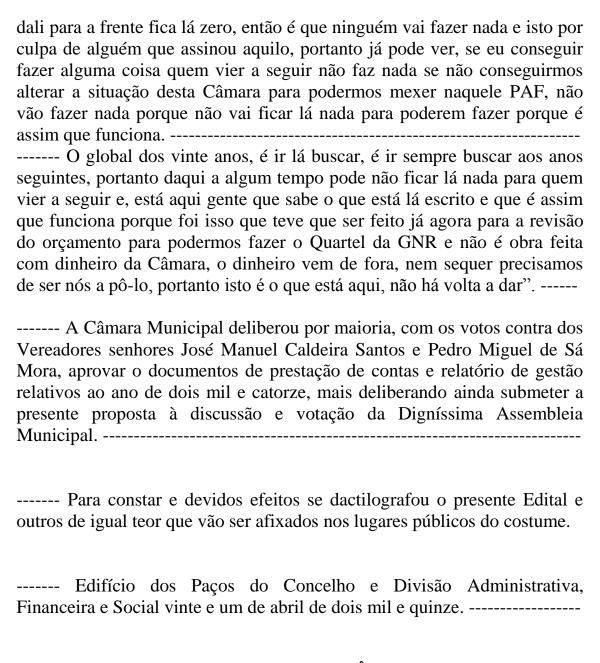


----- Usou de novo da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: "Relativamente àquilo que diz que nós estivemos aqui oito anos, se olhar para os mapas que estão aqui espelhados de dois mil e dez até dois mil e treze que é a nossa responsabilidade, vai ver que nós, e também se olhar para as contas de gerência de cada ano e isso era importante que o faça, vai ver que nós fomos muito mais responsáveis do que aquilo que a senhora está a dizer é que nós pagámos muito e também cortámos com muita coisa que achámos que era importante e se olhar para dois mil e doze, por exemplo, dois mil e doze foi um ano em que nós fizemos uma contenção extrema, aliás conseguimos resultados melhores que aqueles que a senhora está a apresentar em dois mil e catorze, as contas de gerência vieram para treze milhões que é aquilo que também está aqui em dois mil e catorze, mais ou menos, há apenas a diferença das obras, parou com as obras, tudo bem mas, nós fizemos uma contenção muito forte à despesa em dois mil e doze e dois mil e treze. ----------- Dois mil e treze foi o ano de facto em que, depois de termos ultrapassado o endividamento foi o ano em que tudo caiu em dois mil e treze e é essa a razão de dois mil e treze ter os valores que tem. ---------- Portanto, nós tivemos mais responsabilidade que ninguém. Nós herdámos uma dívida estrondosa, nós conseguimos levar às costas, praticamente, o endividamento da Câmara de forma a que não entrássemos em incumprimento rapidamente porque se não ficaríamos com o problema que a senhora tem e ficaríamos logo em dois mil e cinco. Em dois mil e cinco, se nós em dois mil e seis fizéssemos transparecer tudo o que, eventualmente, vinha do passado da forma como tinha que ser, nós tínhamos ultrapassado o endividamento logo em dois mil e seis. ---------- Agora é assim, a gestão tem que ser feita e cada um tem que a fazer da forma como encontra as coisas e portanto, nós fizemos daquela maneira



porque achávamos que deveria ser assim, tivemos um grande resultado em termos de cativação de fundos comunitários, nós nunca perdemos um fundo comunitário, em oito anos, com as dificuldades que tínhamos nós nunca perdemos um fundo comunitário, conseguimos por este Concelho em termos de pavimentações, em termos de necessidades que eram prementes nas Freguesias, na Vila e isso está aí espelhado não vale a pena estarmos a bater nele, portanto, quando quer passar responsabilidade para a nossa parte isso não corresponde à realidade, os números estão cá. ----------- Quando fala na questão do cemitério, o projeto não foi candidatado como cemitério, aliás isso foi-nos bem evidenciado, o projeto contemplava, efetivamente, algumas campas que foram as autorizadas mas, foram autorizadas, aquele projeto era um projeto de recuperação da envolvente do Castelo, da envolvente do cemitério existente, portanto, não há medo nenhum, nem há problema nenhum em assumir isso porque a CCDR aprovou-o e a CCDR aprovou-o com a nítida sensação de que estava a aprovar um projeto de recuperação de uma zona que era importante recuperar transformando-a num cemitério moderno, em que tinha que ser respeitado aquilo que o IPAR na altura exigiu, portanto foi o IPAR que aprovou esse projeto, foi o Eng. Morgado que o fez no GAT e que foi passado para menos de metade daquilo que, eventualmente, ele projetou, portanto estávamos completamente à vontade em relação a isso. ---------- Senhora Presidente como vê nem tudo o que fumega é lume, é aquilo que está aqui, é a Vossa gestão e a nossa também que está aqui espelhada e nós assumimos a nossa e a senhora tem que assumir a sua". ---------- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: "Só que nós estamos presos àquilo que vocês fizeram que é o dito PAF. Durante vinte anos é aquele Plano de Ajustamento Financeiro que vigora nesta Câmara e não podemos fugir dele e agora vou-lhe dizer mais uma coisa, para ir aos fundos é preciso poder ir, é preciso que possamos fazer investimentos e sabe o que é que vai acontecer, não temos dinheiro para isso mas, imagine que até tínhamos dinheiro que até conseguíamos poupar e até tínhamos dinheiro da parte da Câmara para podermos ir aos financiamentos, sabe em termos de orçamento o que é que vai acontecer é que tudo aquilo que queiramos fazer que esteja acima do que ficou previsto no PAF em cada ano vai comer nos anos seguinte. ---------- A obra do Quartel da GNR, os quinhentos mil euros, já vai buscar orçamento aos anos seguintes para poder ser feita, portanto veja, se eu arranjar dinheiro e que faça obras vamos buscar os investimentos, podemos antecipar aquilo que está no PAF para vinte anos e





A PRESIDENTE DA CÂMARA

MARIA DO CÉU QUINTAS

Venedo 62 Peils